

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 06/06/2027.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

DA CHIBATA AO CHIBALO

Administrações coloniais e regimes de trabalho em Angola (1825-1930)

ASSIS

2025

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

DA CHIBATA AO CHIBALO

Administrações coloniais e regimes de trabalho em Angola (1825-1930)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Paulo Cesar Gonçalves

Co-orientadora: Elvira Cunha de Azevedo
Silva Mea

Bolsista: CAPES

Processo Nº 88887.689185/2022-00 do
Programa DS / Processo nº
88881.981044/2024-01 do Programa PDSE

ASSIS

2025

S192c Sampaio, Thiago Henrique
Da Chibata ao Chibalo: : administrações coloniais e regimes de
trabalho em Angola (1825-1930) / Thiago Henrique Sampaio. --
Assis, 2025
558 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Paulo Cesar Gonçalves
Coorientadora: Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea

1. Angola. 2. Administrações Coloniais. 3. Trabalho Forçado. 4.
Colonialismo. 5. Imperialismo. I. Título.



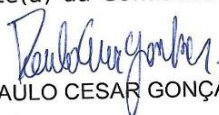
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE THIAGO HENRIQUE SAMPAIO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 06 dias do mês de junho do ano de 2025, às 14h, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação da FCL-Assis e sala virtual: meet.google.com/mhv-ojtc-hwm, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de THIAGO HENRIQUE SAMPAIO, intitulada **DA CHIBATA AO CHIBALO: Administrações coloniais e regimes de trabalho em Angola (1825-1930)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. PATRICIA TEIXEIRA SANTOS (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Profa. Dra. RAQUEL GRYSZCZENKO ALVES GOMES (Participação Presencial) do(a) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Profa. Dra. ELAINE RIBEIRO DA SILVA DOS SANTOS (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES

Ao meu irmão, Marcos, e minhas tias, Marta e Zelinda.

Agradecimentos

Concluir uma pesquisa é, acima de tudo, reconhecer que o conhecimento não se constrói de forma solitária. Escrever esta seção é, portanto, um exercício de memória, gratidão e reconhecimento às pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Paulo Cesar Gonçalves, por sua paciência, profissionalismo e dedicação ao longo destes quatro anos e meio. Sua escuta atenta, suas críticas construtivas e seu compromisso com a pesquisa foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Mais do que um orientador, foi um exemplo de rigor intelectual e generosidade acadêmica.

À minha co-orientadora, Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, pela parceria e acompanhamento cuidadoso, especialmente durante o período de estágio doutoral na Universidade do Porto. Sua presença e orientação em momentos decisivos da pesquisa foram essenciais para meu crescimento acadêmico.

Agradeço também às professoras Raquel Gryszczenko Alves Gomes (UNICAMP), Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP), Elaine Ribeiro (UNIFAL) e Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP/Assis), que compuseram a banca de defesa e ofereceram sugestões valiosas, fortalecendo ainda mais este trabalho.

À minha família — Roselina Sandoval, Marcos Sampaio, Márcia Sampaio (*in memoriam*), Zelinda Sampaio e Marta Sandoval — meu amor e gratidão. Mesmo à distância, estiveram sempre por perto com ligações diárias, palavras de incentivo e apoio incondicional nas escolhas que fiz.

Aos amigos que a cidade de Assis e a universidade me deram: Fernanda Gomes, Leandro Alves, Maria Emília, Pedro Parga, Francisco Alves, Sandra Aparecida, Arthur Duarte, Guilherme Alves, Lucas Mota, Aline Nascimento, Rafael Colleti, Victor Vicente, Giovanna Liz, Marina Giraldeli, Aida Jamal, Bruno Souza, Isabel Rodrigues, André, Figueireiro, José Lino, entre tantos outros que, mesmo não nomeados aqui, foram presença fundamental com suas conversas, companheirismo e apoio nos momentos de crise e superação ao longo da pesquisa.

Ao grupo de pesquisa *Religiões e Trajetórias das Experiências Missionárias em África*, pelo acolhimento e pelas trocas enriquecedoras, em especial às coordenadoras

Patrícia Teixeira Santos, Lúcia Helena Oliveira Silva e Elvira Mea, que acompanharam com atenção e generosidade os caminhos desta investigação.

Agradeço à Congregação dos Espiritanos, em Lisboa, pela generosa acolhida durante o período de doutoramento sanduíche. Sua hospitalidade, apoio e disponibilidade foram fundamentais para o acesso ao acervo enriqueceram imensamente meu trabalho.

Aos amigos de pesquisa que sempre ofereceram leituras cuidadosas e sugestões preciosas, como Alex Rogério Silva, Helena Wakim Moreno, Thiago Folador, Marcos Paulo Amorim e Ivan Sicca, meu muito obrigado.

Sou profundamente grato aos professores do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Assis, alguns que se tornaram meus amigos próximos, onde me formei e atuei ao longo dos últimos catorze anos. Agradeço especialmente ao Paulo Cesar Gonçalves, Wilton Carlos Lima da Silva, Lúcia Helena Oliveira Silva, José Luis Bendicho Beired, Zélia Lopes da Silva, Milton Carlos Costa e Tania Regina de Luca, por compartilharem seus conhecimentos e formarem gerações de pesquisadores com excelência.

Aos funcionários da biblioteca, da pós-graduação e da secretaria do departamento — Clarice Gonçalves, José Lino, Marcos Francisco e Lucilene Franco — pela dedicação, agilidade e cuidado, mesmo em tempos difíceis marcados pelo sucateamento das instituições públicas. Eles são exemplo vivo da importância dos servidores técnico-administrativos para o bom funcionamento e qualidade do ensino superior.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis, no qual ingressei em 2020, como parte da última turma antes da fusão com o Programa de História do campus de Franca. Trata-se de um programa que sempre se construiu como espaço democrático, participativo e de efetivo amadurecimento acadêmico para seus discentes, características que, infelizmente, contrastam com a configuração do novo programa resultante da fusão.

À Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP/Assis), minha gratidão profunda. Foi nesta instituição que recebi minha formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Apesar dos desafios impostos por políticas de desmonte, a FCL resiste com dignidade, garantindo ensino e pesquisa de qualidade e formando cidadãos críticos, como eu, em tempos nos quais a ciência, a educação e a universidade pública têm sido alvos de constantes ataques.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

A tese *Da Chibata ao Chibalo: administrações coloniais e arranjos laborais em Angola (1825–1930)* analisa as transformações nas estruturas socioeconômicas e nos dispositivos políticos de controle do trabalho em Angola, no contexto da expansão e consolidação do domínio colonial português. O recorte temporal parte de 1825, ano do reconhecimento da independência do Brasil, evento que impacta diretamente os circuitos comerciais e o tráfico de escravizados, e se estende até 1930, com a promulgação do Ato Colonial, marco da centralização administrativa e da redefinição das políticas imperiais portuguesas em África. A partir de uma análise das transformações provocadas pelo fim do tráfico atlântico, da independência do Brasil e da reconfiguração do Império Colonial Português, o estudo busca compreender como diferentes atores reagiram e se adaptaram aos novos regimes de trabalho impostos. A pesquisa considera também o papel do capital estrangeiro, às imposições laborais e os efeitos do nacionalismo emergente no contexto do longo Oitocentos. O recorte temporal tem início em 1825, período marcado pela intensificação das pressões internacionais contra o tráfico atlântico, e se estende até o Ato Colonial de 1930, que redefiniu a administração do império português. Nesse intervalo, destacam-se legislações como as leis abolicionistas de 1854, 1856 e 1869, e o Regulamento de 1875, que instituiu o trabalho obrigatório para ex-escravizados. A pesquisa pretende lançar novas luzes sobre as formas de dominação e negociação presentes nos arranjos laborais angolanos, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e econômicas no contexto do colonialismo português tardio.

Palavras-chaves: Angola, colonialismo, trabalho forçado, administrações coloniais, imperialismo

Abstract

The thesis *From Chibata to Chibalo: colonial administrations and labor arrangements in Angola (1825–1930)* analyzes the transformations in the socioeconomic structures and political mechanisms of labor control in Angola, in the context of the expansion and consolidation of Portuguese colonial rule. The time frame starts in 1825, the year in which Brazil's independence was recognized, an event that directly impacted trade circuits and the slave trade, and extends until 1930, with the promulgation of the Colonial Act, a milestone in the administrative centralization and redefinition of Portuguese imperial policies in Africa. Based on an analysis of the transformations caused by the end of the Atlantic slave trade, the independence of Brazil, and the reconfiguration of the Portuguese Colonial Empire, the study seeks to understand how different actors reacted and adapted to the new labor regimes imposed. The project also considers the role of foreign capital, labor impositions, and the effects of emerging nationalism in the context of the long nineteenth century. The time frame begins in 1825, a period marked by increased international pressure against the Atlantic slave trade, and extends until the Colonial Act of 1930, which redefined the administration of the Portuguese empire. In this period, legislation stands out, such as the abolitionist laws of 1854, 1856 and 1869, and the Regulation of 1875, which instituted compulsory labor for former slaves. The research aims to shed new light on the forms of domination and negotiation present in Angolan labor arrangements, contributing to a broader understanding of the social and economic dynamics in the context of late Portuguese colonialism.

Keywords: Angola, colonialism, forced labor, colonial administrations, imperialism

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Populações exportadas como escravizados	62
Tabela 2 - Demografia do tráfico de escravizados	63
Tabela 3 - Desembarque de africanos nas Américas entre 1526-1850 (em milhares)	64
Tabela 4 - Valores da importação e da exportação da alfândega do Ambriz (1885-1899)..	77
Tabela 5 - Preços correntes nos sertões de leste da África	199
Tabela 6 - Preços correntes nos sertões de oeste da África	199
Tabela 7 - Preço dos produtos da feira de Cassange	215
Tabela 8 - Preços dos produtos da feira de Cassange com o transporte para Luanda	215
Tabela 9 - Populações em Luanda.....	256
Tabela 10 - Exportação de Borracha na Alfândega de Luanda	257
Tabela 11 - Rendimentos da Alfândega de Luanda (1861-1866)	270
Tabela 12 - Rendimentos do imposto de 3% ad valorem sobre importação e exportação da Alfândega de Luanda (1861-1866)	270
Tabela 13 - População de Angola em 1898	280
Tabela 14 - Movimento de serviçais para as roças de São Tomé e Príncipe (1887-1898)	282
Tabela 15 - Movimento de importação das alfândegas de Angola (1897-1898).....	283
Tabela 16 - Produtos importados em Angola (1898).....	284
Tabela 17 - Localidades dos produtos importados em Angola (1898).....	285
Tabela 18 - Países importadores de Angola (1897-1898).....	287
Tabela 19 - Movimento de exportação das alfândegas de Angola (1897-1898)	288
Tabela 20 - Produtos exportados em Angola (1898)	289
Tabela 21 - Produção total e despesas das Oficinas do Estado (1900-1901)	304
Tabela 22 - Movimento comercial em Angola (1898-1900)	309
Tabela 23 - Importação portuguesa e estrangeira em Angola (1899-1900)	311
Tabela 24 - Exportação de Angola (1899-1900)	312
Tabela 25 - Comparação das exportações de Angola com o Estado Livre do Congo (1898-1900).....	313
Tabela 26 - Movimento comercial da borracha nas alfândegas de Angola (1895-1901)..	315
Tabela 27 – Despesas da ponte-cais da Companhia e Embarcações do Porto do Lobito (1908)	350
Tabela 28 – Receita do Porto do Lobito (1908)	351
Tabela 29 – Entrada de navios no Porto do Lobito (1905-1909)	352
Tabela 30 – Importação e Exportação no Porto do Lobito (1906-1909).....	352
Tabela 31 – Cotação da borracha no Círculo Aduaneiro de Angola	370
Tabela 32 – Produção de borracha em Angola (1898-1908).....	371
Tabela 33 – Produção de café em Angola (1891-1907)	372
Tabela 34 – Outros produtos do Círculo Aduaneiro de Angola (1908).....	373
Tabela 35 – Importação de Angola (1889-1907).....	375
Tabela 36 – Impostos indígenas em Angola (1902-1941).....	397
Tabela 37 – Exportação de Angola em toneladas (1911-1932).....	399
Tabela 38 – Produtos exportados de Angola (1857-1867)	459

Tabela 39 - Dados econômicos de Angola (1869-1881).....	462
Tabela 40 - Dados econômicos da alfandega de Ambriz.....	484
Tabela 41 - Dados econômicos da alfandega de Mossamedes	485
Tabela 42 - Navios mercantes entrados em Angola (1879-1882).....	486
Tabela 43 - Navios mercantes entrados em Ambriz (1879-1882)	487

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa dos Reinos de Angola e Benguela em 1860	76
Figura 2 – Triângulo Ambriz-Bembe-São Salvador.....	98
Figura 3 - Travessia do vão do Rio Cuchibi.....	176
Figura 4 – Silva Porto descendo o rio Zambeze.....	182
Figura 5 – Serpa Pinto com os zoólogos Benjamim Bradshaw e Alexandre Walsh	183
Figura 6 – Comitiva que chegou com Serpa Pinto em Pretória (1879).....	188
Figura 7 - Partida da expedição de Benguela	200
Figura 8 - Acampamento em Bié.....	202
Figura 9 – Figura de Mu-quiche.....	210
Figura 10 – Outra imagem de Mu-quiche	210
Figura 11 – Relação dos indivíduos perdidos durante a expedição de 1884-1885 (parte 1)	222
Figura 12 – Relação dos indivíduos perdidos durante a expedição de 1884-1885 (parte 2)	223
Figura 13 – Musiri, chefe de Garanganja	235
Figura 14 – Conferência de Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo na Sociedade de Geografia de Lisboa	237
Figura 15 – Mapa da expedição para Lunda	245
Figura 16 – Henrique de Carvalho e Xa Madiamba.....	248
Figura 17 – Cidade de Luanda	255
Figura 18 – Organograma do sistema administrativo colonial.....	294
Figura 19 – Mapa de Angola e Moçambique com suas divisões em distritos (1902).....	295
Figura 20 – Áreas de captura de escravizados em Angola	435

Sumário

Introdução	14
Capítulo I. Angola e Portugal nos novos padrões de colonialismo oitocentista: diplomacia, economia, política e religião	26
1.1. África e Portugal: agência nativa, dinâmicas comerciais e fluxos exploratórios na primeira metade de Oitocentos	27
1.2. As viagens de explorações portuguesa em África Centro-Occidental na segunda metade de XIX.....	48
1.3. Angola nas novas dinâmicas coloniais nascentes em Oitocentos.....	58
1.4. Religião, diplomacia e política: a situação do Padroado Africano na Diocese de Angola e Congo	92
1.5. Diplomacia e conflitos: Portugal e seu império nas disputas da Primeira Guerra Mundial.....	133
Capítulo II. Olhares sobre os <i>Outros</i>: as narrativas de exploradores em Angola no último quartel de Oitocentos	160
2.1. Serpa Pinto e seu itinerário em África.....	160
2.2. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens: os relatos das expedições de 1877 e 1884	193
2.3. Henrique Augusto Dias de Carvalho e seu discurso colonialista de fins de XIX... ..	239
Capítulo III. Administrações, ações e propostas coloniais: dilemas e impasses para Angola.....	267
3.1. Sebastião Lopes Calheiros e Menezes e o impacto do relatório de 1861	267
3.2. Angola na virada de século e a administração colonial de Cabral Moncada (1900-1903).....	279
3.3. Paiva Couceiro e os momentos finais da monarquia em Angola	320
3.4. Norton de Mattos e os períodos conturbados da Primeira República Portuguesa.. ..	377
Capítulo IV. Trabalho, trabalhadores e regulamentações em contextos coloniais	428
4.1. Sá da Bandeira: do fim do tráfico aos projetos laborais africanos	428
4.2. João de Andrade Corvo e as propostas de modernização do Império Colonial	462
4.3. Da criação do conceito de indígena as regulamentações de trabalho no Império (1875-1930).....	496
Considerações Finais	540
Referências	546
Fontes	546
Bibliografia.....	549

Introdução

*Largos meses os separam dos seus
e vão cheios de saudades
e de receio
mas cantam*

*Fatigados
esgotados de trabalhos
mas cantam*

*Cheios de injustiças
calados no imo das suas almas
e cantam*

*Com gritos de protesto
mergulhados nas lágrimas do coração
e cantam*

*Lá vão
perdem-se na distância
na distância se perdem os seus cantos tristes*

*Ah!
eles cantam...*
(Agostinho Neto. Contratados¹)

A tese ora apresentada situa-se no campo de Estudos Africanos, com especial atenção à História das práticas laborais em Angola entre 1825, com o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal que abriu caminho para um novo projeto colonial, até 1930 com o Ato Colonial considerado o iniciador do Estado Novo Português.

O projeto colonial que se ascendeu, a partir de 1825, centrou-se em África. Ele poderia ser dividido em três momentos distintos. O primeiro que iria até a década de 1860, onde tinha como principal elemento a manutenção das características herdadas do sistema anterior, com forte peso em relação ao tráfico de escravizados. O segundo abrangeria o momento de ocupação efetiva do continente africano por vários países europeus, marcado por campanhas militares de ocupação nos territórios coloniais que foram completadas, em alguns casos, durante a Primeira Guerra Mundial. E, por fim, a última fase que caberia todos os períodos posteriores ao conflito mundial, compreendendo regimes diversos (Primeira

¹ NETO, Agostinho. *Sagrada Esperança*. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

República, Ditadura Militar, Estado Novo) onde houve o emprego de políticas administrativas, laborais e econômicas sobre as populações locais².

Esse primeiro momento trouxe marcas que se iniciaram séculos atrás. Na história do Atlântico, o tráfico de escravizados se destacou como um dos episódios mais importantes e emblemáticos, ocorrendo entre os séculos XV e XIX. Essa atividade foi altamente lucrativa e essencial para a colonização da América, especialmente no Brasil, atendendo a objetivos econômicos. Africanos eram vendidos nas regiões costeiras da África e comercializados na América. A presença portuguesa em territórios africanos, desde o século XVI até a abolição do tráfico transatlântico em 1836, estava diretamente relacionada ao transporte de matérias-primas para o Estado Português da Índia e ao fornecimento de cativos para as Américas. Nas primeiras décadas do século XIX, com exceção de Portugal e Espanha, as potências europeias chegaram a um consenso sobre a abolição do comércio de escravizados. Inglaterra e Portugal firmaram um acordo que proibia a comercialização de cativos ao norte da Linha do Equador, embora o tráfico continuasse destinado ao Brasil. Até 1850, os ingleses exerceram pressão sobre a antiga colônia portuguesa para que cessasse a compra e o comércio de escravizados. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, a colonização portuguesa era baseada no escravismo, estruturando um espaço econômico e social bipolar que abrangia o litoral da América do Sul e sua área de reprodução em Angola³.

Por várias décadas após a independência do Brasil, os territórios portugueses na África continuaram desempenhando um papel essencial como fornecedores de mão de obra escravizada para a América. Na década de 1830, ocorreram tentativas de reformar as políticas coloniais desses territórios, incluindo a abolição do tráfico em 1836, o que levou ao aproveitamento dos habitantes locais na produção agrícola. Isabel Castro Henriques destacou que a Angola foi resultado de uma interação entre pressões africanas e europeias, motivadas pelas mudanças em suas atividades comerciais após o fim do tráfico de escravizados, o que transformou significativamente suas estruturas políticas, sociais e econômicas⁴.

² ALEXANDRE, Valentim. "O Império Africano (séculos XIX-XX). As linhas gerais". IN: ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 12.

³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 9.

⁴ HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 15.

Algumas marcas deste momento inicial de guinada para a África deixaram cicatrizes e processos de continuidade da violência para as décadas seguintes. Por exemplo, a palavra *chibata* tem uma etimologia profundamente enraizada nas línguas africanas, mais especificamente no quimbundo, uma das principais línguas banto faladas em Angola. O termo deriva de *ki-bata*, cujo radical *bata* significa "bater" ou "golpear". Esse sentido básico de "bater" está intimamente relacionado ao objeto que a palavra designa, ou seja, um chicote ou qualquer instrumento utilizado para infligir dor e controle físico. Originalmente, *chibata* descrevia um instrumento de punição, mas, no decorrer do tempo, sua conotação se expandiu, principalmente devido ao contexto colonial, onde a *chibata* passou a simbolizar a violência sistemática e a repressão nas colônias portuguesas⁵.

O radical *bata*, que denota o ato de bater, é uma parte essencial de outras palavras relacionadas à violência ou imposição física no quimbundo. Essa raiz etimológica conecta a palavra *chibata* diretamente ao ato de infligir dor ou punição física como forma de controle. Isso refletia as estruturas sociais em que a força e a submissão eram impostas por meio da violência corporal. No contexto colonial, o uso de chicotes para disciplinar trabalhadores e escravizados consolidou o significado da palavra, associando-a à exploração e ao abuso⁶. Durante o período colonial, particularmente em Angola e no Brasil, o uso da *chibata* como forma de punição física era amplamente utilizado e se tornou um símbolo de repressão. No Brasil, a palavra entrou no vocabulário durante o tráfico transatlântico de escravizados e foi empregada para designar o chicote utilizado nas plantações de açúcar, café e algodão, onde os africanos escravizados eram forçados a trabalhar sob extrema violência. Esse uso da palavra reforçou a conotação de opressão, associando a *chibata* não apenas à dor física, mas também à dominação racial e ao controle sobre os corpos negros⁷.

A *chibata* também simbolizou a perpetuação de um sistema de trabalho compulsório, onde a violência era usada como ferramenta principal para garantir a produtividade. A própria palavra evoluiu para se tornar mais do que uma simples designação de um objeto físico. Ela passou a carregar um peso simbólico, representando a brutalidade do sistema

⁵ Na obra BIRMINGHAM, David. *Empire in Africa: Angola and its Neighbors*. Athens: Ohio University Press, 2006, o autor discutiu as dinâmicas coloniais que aconteceram em Angola e as influências das línguas locais nas terminologias da época.

⁶ ASSIS JÚNIOR, A. de. *Dicionário Kimbundu-português: linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos & Cia, 1967, p. 17.

⁷ O historiador Roquinaldo Ferreira discute em suas obras a exploração como mecanismo de controle das populações africanas e o uso da violência. Ver FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

colonial e escravista. A violência ligada ao radical *bata* não era apenas uma questão de controle sobre o trabalho, mas também de repressão psicológica. O medo do castigo físico era um instrumento poderoso nas mãos dos senhores de escravizados e das autoridades coloniais, que utilizavam a chibata para subjugar e aterrorizar as populações sob seu domínio. Este medo constante de punição reforçava as hierarquias de poder, mantendo os trabalhadores e escravizados em um estado de constante submissão. A chibata, assim, tornou-se um símbolo visceral de desumanização, onde o corpo da pessoa punida se tornava o campo de expressão da violência colonial.

Outro aspecto relevante do radical *bata* é sua universalidade em relação a práticas de coerção e dominação em diversas culturas. O conceito de punição física como forma de controle não era exclusivo das sociedades coloniais africanas ou do Brasil escravista; no entanto, a especificidade da chibata como símbolo de opressão racial e colonial está ligada à brutalidade particular do sistema escravista atlântico e à exploração dos corpos africanos. A palavra chibata, nesse sentido, torna-se um reflexo linguístico e cultural de uma prática global, mas com conotações fortemente enraizadas nas experiências do colonialismo e da escravidão.

Algumas décadas depois, um novo vocábulo apareceu no contexto de ocupação colonial da África: o caso da palavra *chibalo*. Amplamente utilizada em Angola e Moçambique durante o período colonial, tem uma etimologia profundamente ligada às línguas e culturas locais. Sua origem está no termo *mussibalo*, da língua quimbundo, sendo parte da família banto, carrega consigo séculos de história cultural e resistência contra a colonização portuguesa, e os termos dessa língua frequentemente foram apropriados e ressignificados pelos colonizadores para se adequar às novas dinâmicas de exploração. No contexto linguístico original, o radical da palavra, *sibal*, remete a "força" ou "imposição", refletindo a ideia de algo que é feito sob pressão ou compulsão⁸. Esse significado já existia nas sociedades africanas antes da colonização, referindo-se a trabalhos ou atividades que, de alguma forma, exigiam esforço ou submissão a uma autoridade, seja ela local ou externa. Quando os portugueses chegaram a Angola e começaram a explorar sistematicamente as populações locais, o termo foi incorporado e modificado, ganhando uma nova conotação de trabalho forçado sob o jugo colonial.

⁸ ASSIS JÚNIOR, A. de. *Op. cit.*, p. 356.

Durante o regime colonial português, o *chibalo* passou a ser uma prática oficial de exploração da mão de obra local, ou seja, o trabalho forçado. O termo, então, se consolidou como um símbolo de opressão, referindo-se ao trabalho obrigatório e não remunerado que os colonos impunham aos africanos, especialmente em setores como a agricultura, construção de infraestrutura (estradas, portos, ferrovias) e nas plantações controladas pelas Companhias Coloniais. O *chibalo* era uma prática de coerção extrema, muitas vezes acompanhada de violência física, prisões e castigos, para garantir a submissão das populações nativas ao trabalho compulsório que sustentava a economia colonial.

A apropriação do termo *chibalo* pelos portugueses refletia a maneira como a linguagem e os conceitos locais foram manipulados e ressignificados pelo poder colonial para reforçar as estruturas de dominação. O que originalmente significava "trabalho árduo" ou "força" dentro do contexto quimbundo, foi transformado para legitimar a exploração forçada. Essa apropriação linguística era parte de uma estratégia mais ampla de dominação cultural, em que as palavras e costumes das populações africanas eram adaptados para se ajustarem ao sistema colonial e suas necessidades econômicas. Essa imposição do *chibalo* gerou uma série de resistências ao longo da história colonial de Angola. As populações locais, forçadas a trabalhar em condições desumanas, frequentemente reagiram com insurreições, fugas ou sabotagens, desafiando o controle colonial. Essas formas de resistência eram uma resposta direta à violência estrutural do trabalho forçado, que impunha jornadas exaustivas, deslocamento de comunidades inteiras e a desagregação social dos povos indígenas. As lutas contra o *chibalo* tornaram-se, assim, uma parte central da resistência angolana à ocupação colonial⁹.

Com o fim do colonialismo, o termo *chibalo* manteve sua carga histórica e continua sendo utilizado para relembrar o sofrimento e a exploração das populações africanas sob o domínio português. Ele serve como um lembrete poderoso do papel que o trabalho forçado desempenhou na construção das economias coloniais em África e da resistência dos trabalhadores angolanos contra esse sistema opressivo.

A relação entre as palavras *chibata* e *chibalo* vai além de suas semelhanças fonéticas; suas origens e significados, baseados em radicais das línguas banto, revelam a conexão entre

⁹A segunda parte do livro *Contested Power in Angola, 1840s to the present* escrito por Linda Heywood analisou como os sistemas locais do povo quimbundo foram incorporados e transformados dentro das dinâmicas coloniais lusitanas ao longo de décadas. As incorporações de termos da língua são mencionadas. HEYWOOD, Linda. *Contested Power in Angola, 1840s to the Present*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2000.

a violência e a coerção no contexto colonial. Ambas as palavras carregam uma história de exploração e opressão, marcadas pela subjugação das populações africanas sob o domínio colonial português, especialmente em Angola. Cada uma delas deriva de radicais que evocam ações relacionadas ao controle físico e à imposição forçada de trabalho, estabelecendo uma ligação clara entre violência e trabalho compulsório.

A conexão entre as duas palavras se torna clara quando examinamos como o sistema de trabalho forçado (o *chibalo*) era mantido e reforçado pela violência física (a *chibata*). Os africanos submetidos ao trabalho compulsório eram frequentemente punidos com chicotadas caso resistissem ou tentassem fugir. A *chibata* era o instrumento que simbolizava a força bruta necessária para fazer o *chibalo* funcionar. Dessa forma, a violência física e o trabalho forçado formavam uma estrutura interligada, em que a submissão era garantida pela ameaça constante do castigo corporal.

Do ponto de vista histórico e social, a *chibata* representava o mecanismo de imposição do *chibalo*. Trabalhadores eram forçados a cumprir suas obrigações sob a ameaça de serem chicoteados, tornando o castigo físico parte integrante do sistema de trabalho forçado nas colônias. Assim, a *chibata* não era apenas um símbolo de poder, mas uma ferramenta usada para reforçar o controle sobre as populações africanas, garantindo a continuidade do *chibalo*. A relação entre essas duas práticas evidencia a centralidade da violência na manutenção das estruturas coloniais de exploração.

Essa relação também ajuda a entender como a exploração física e o controle sobre o corpo africano foram centralizados na economia colonial. O *chibalo*, como uma forma de trabalho forçado, dependia da desumanização e da coerção física. O uso da *chibata* sobre os trabalhadores não era apenas uma questão de punição individual, mas parte de um sistema de repressão que transformava o corpo africano em um instrumento de produção. Nesse sentido, a linguagem reflete a realidade colonial, onde a força física e a violência eram as principais ferramentas para manter a economia em funcionamento.

A partir destas considerações iniciais, a pesquisa analisou os sujeitos contemporâneos envolvidos nas regulamentações de trabalho, os empreendimentos coloniais e os impactos que isso desencadeou na ocupação e administração em Angola ao longo de Oitocentos e nas primeiras décadas da centúria seguinte. A pesquisa levou em consideração as transformações acarretadas em decorrência do fim do tráfico atlântico, o fim da escravidão no Império Português, os impactos da independência do Brasil para o mercado escravista em Angola, a tentativa de abertura econômica dos modos coloniais lusitanos, o emprego de capital exterior

na colonização em África, as resistências das populações locais as obrigações laborais, o despertar nacionalista pós-*ultimatum* e o fracasso colonial da Primeira República para o Império Português.

As mudanças das políticas coloniais europeias vigentes a partir de meados do século XIX e início de XX foram levadas em consideração, visto que pautaram a reorganização da política colonial portuguesa, causando reflexos e consequências para seu Império Colonial em África. Devemos lembrar a importância estratégica que Angola teve durante séculos para o fornecimento de mão de obra para a América, sendo uma das colônias centrais nas questões laborais até o fim do tráfico de escravizados para o Brasil. Entender os impactos que o fim desse processo acarretou localmente é extremamente importante para se refletir as bases sociais, econômicas e coloniais na segunda metade do século XIX e início da centúria seguinte.

A tese parte da hipótese de que o fim do tráfico transatlântico de escravizados e a abolição do trabalho cativo impuseram à administração colonial portuguesa a necessidade urgente de reorientar os regimes laborais em Angola. Essa transição, marcada por tensões entre o escravismo e formas de trabalho compulsório sob o rótulo de “trabalho livre”, produziu impactos significativos nas estruturas sociais, econômicas e políticas da colônia como demonstrado nos relatórios de seus governadores. Regulamentações ambíguas e contraditórias foram implementadas como resposta ao contexto internacional do final do século XIX e início da centúria seguinte, num cenário em que observadores coloniais, missionários e viajantes registraram tanto as tentativas de reorganização do trabalho quanto definiram e categorizaram as populações locais em uma nova conceituação: indígena. Assim, o indígena não era submetido aos arranjos de trabalho e administrativos pelas características que lhe faltam, mas pelo que ele era.

Nossos objetivos buscaram analisar a reconfiguração da política colonial portuguesa em Angola entre 1825 e 1930, considerando as limitações estruturais enfrentadas pela metrópole, como a escassez de capitais nacionais, e a crescente inserção do capitalismo europeu no continente africano. Busca-se investigar os discursos e práticas de governadores, missionários e viajantes que atuaram na região, atentando para suas interpretações sobre as transformações no mundo do trabalho e as soluções propostas para lidar com os desafios impostos pela nova realidade pós-escravista em uma nova dinâmica colonizadora. Além disso, pretende-se compreender os mecanismos institucionais e os empreendimentos econômicos criados para controlar e empregar a população local em regimes de trabalho

compulsório, bem como avaliar os impactos sociais, políticos e econômicos dessas iniciativas.

Toda pesquisa acadêmica está inserida em um contexto específico de produção e a nossa não foi diferente. Este trabalho teve início em setembro de 2020, em meio a um período desafiador: a pandemia. Entre 2020 e 2022, o acesso a bibliografias e documentos esteve severamente limitado devido ao fechamento de bibliotecas, centros de documentação e demais instituições acadêmicas no Brasil. Diante dessas restrições, a seleção das fontes concentrou-se em materiais previamente reunidos, como relatórios de governadores, relatos de viajantes, decretos, correspondências e ofícios do Ministério da Marinha e das Colônias, além de documentos missionários e militares que atuaram em Angola.

As fontes utilizadas são variadas e têm como objetivo trazer à tona os interesses de indivíduos que participaram ativamente do processo de construção do Estado colonial angolano, revelando seus impactos nas práticas laborais locais. Nesse sentido, ler, compreender, analisar e refletir sobre os conflitos e dilemas gerados por esse processo é parte central deste trabalho, tanto quanto examinar suas consequências.

A escolha por determinados autores e documentos se deve ao papel que esses agentes desempenharam dentro do projeto colonial português em Angola. A seleção de escritos de Sebastião Calheiros e Menezes, Cabral Moncada, Paiva Couceiro e Norton de Matos está diretamente relacionada aos contextos históricos em que foram produzidos. Sebastião Calheiros e Menezes, por exemplo, foi responsável por um dos relatórios coloniais mais completos do século XIX, no qual analisava as transformações iniciais da colônia no contexto do declínio do tráfico atlântico e das tentativas de redirecionar a mão de obra para outras regiões. Cabral Moncada atuou em um momento de transição entre os séculos XIX e XX, período marcado pela implementação de regulamentos laborais, ocupações territoriais intensificadas e reestruturações na economia colonial. Paiva Couceiro esteve presente nos últimos anos da Monarquia, e suas propostas de modernização foram elogiadas por sucessores e por setores da população da colônia. Já Norton de Matos, administrador durante a Primeira Guerra Mundial, buscou novos arranjos econômicos para Angola num contexto de firme defesa do Império Colonial Português na Primeira República.

Os relatos dos expedicionários Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Henrique Augusto Dias de Carvalho também foram fundamentais para compreender a construção de uma visão eurocêntrica sobre Angola e sua população. Ao descreverem os contatos com as sociedades locais, seus hábitos e costumes, esses autores ajudaram a formar

uma imagem não apenas sobre o que o indígena não era, mas sobre o que ele supostamente era, contribuindo assim para a legitimação do discurso da "missão civilizadora" portuguesa. Essa narrativa exaltava as virtudes da intervenção colonial e reforçava a necessidade de inserir essas populações em práticas laborais.

Esta tese busca contribuir para a historiografia dos Estudos Africanos ao analisar criticamente a forma como o trabalho indígena e seus regulamentos foram pensados, elaborados e impostos ao longo de Oitocentos e das primeiras décadas da centúria seguinte no contexto da dominação portuguesa em Angola. O estudo toma como foco os discursos e práticas de governadores coloniais, ministros das Colônias e demais agentes do poder metropolitano, examinando como esses atores conceberam o lugar do indígena nas estruturas produtivas do império. A pesquisa evidenciou que os projetos laborais voltados para Angola não foram neutros nem meramente administrativos, mas profundamente vinculados às estratégias de exploração econômica e à consolidação do domínio político sobre o território e suas populações. Ao mesmo tempo em que esses regulamentos apresentavam mudanças pontuais ao longo do tempo, persistiram continuidades significativas na forma como o trabalho indígena era visto como um recurso a ser disciplinado e apropriado em benefício da metrópole. A abordagem econômico-política aqui adotada permite iluminar os processos estruturais que sustentaram tais imposições, evidenciando os mecanismos legais, administrativos e ideológicos utilizados para naturalizar a subordinação das populações locais. O estudo procurou ainda demonstrar como as tensões entre permanência e ruptura nas políticas laborais expressaram os dilemas do colonialismo português em um período marcado tanto pelas pressões internacionais quanto pelas demandas internas do projeto imperial. Ao trazer à tona essas dimensões, a tese contribui para a compreensão das formas como o trabalho forçado e as políticas de coerção se articularam no processo de construção e manutenção do Estado colonial em Angola.

Durante o estágio doutoral realizado por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), na Universidade do Porto, foi possível consultar uma bibliografia mais atualizada sobre o período analisado, a qual está incorporada nas discussões que se seguem. A vivência de três meses em um país europeu também permitiu uma reflexão mais profunda sobre a condição do colonizado. Embora saibamos que o Brasil é um país forjado pela colonização e que todos carregamos marcas desse processo, ser visto e tratado como colonizado em território europeu transformou minha percepção sobre as práticas colonizadoras ainda perpetuadas nas sociedades ocidentais.

Nossas perspectivas se apoiaram em Miguel Bandeira Jerônimo e Frederick Cooper para entender os desdobramentos da utilização da mão de obra em África. Para Miguel Jerônimo¹⁰, o recrutamento de trabalhadores em territórios africanos estava ligado a vantagens econômicas que se traduziam numa redução de custos nos empreendimentos capitalistas que emergiram em finais do século XIX. O autor defendeu que a exclusão da população local foi uma marca na constituição do Império Português pois ocorreu por meio de diferenciações políticas, culturais, econômicas e legislativas diante do colonizador. Na mesma perspectiva, a obra de Frederick Cooper¹¹ abordou estruturas determinantes para compreender os Impérios Coloniais através de processos políticos, culturais e econômicos que dão base para as políticas de diferenciação criada pelos Regimes Coloniais. Na questão laboral, é importante compreendermos que a abolição da escravatura não colocou fim na ligação entre raça e trabalho, pelo contrário, ocorreu uma intensificação a “racialização da questão do trabalho”¹².

Para entender as questões laborais em Angola, pensaremos nas conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas presentes no cenário português no século XIX e início do XX que balizaram sua perspectiva colonial, como já observado pelos autores Valentim Alexandre e Pedro Lains¹³: o efeito imediato da perda do Brasil, o fim do tráfico de escravizados, a adequação da economia portuguesa às novas demandas colonialistas de final de século. Em sua obra, *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*, Valentim Alexandre defendeu que Portugal não teve cortes ou rupturas na história do seu colonialismo, mas desvios temporários, denominados fugas da “vocação colonial” que eram corrigidos rapidamente¹⁴. Assim, o eixo trabalho, legislação e ocupação de terras fazem parte da construção do colonialismo lusitano desde seu surgimento. A mesma perspectiva foi defendida por Isabel Castro Henriques em seus diversos trabalhos¹⁵.

¹⁰ JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “missão civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 150-153.

¹¹ COOPER, Frederick. *História de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 12.

¹² COOPER, Frederick. *Op. Cit.*, p. 264.

¹³ LAINS, Pedro. “Causas do colonialismo português em África, 1822-1875”. *Análise Social*, Lisboa, v. 33, n. 146-147, 1998; ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: S  da Costa, 1979, p. 11-22.

¹⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Op. Cit.*, p. 07.

¹⁵ HENRIQUES, Isabel Castro. *A descoloniza o da História. Portugal, a África e a desconstru o de mitos historiográficos*. Lisboa: Caleidos pio, 2020; HENRIQUES, Isabel Castro. “A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos”. IN. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 216-274; HENRIQUES, Isabel Castro. *De escravos a indígenas. O longo processo de instrumentaliza o dos africanos (século XV-XX)*. Lisboa: Caleidos pio, 2019; HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África (séculos*

A partir de nossas balizas apresentadas, a pesquisa se dividiu em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Angola e Portugal nos novos padrões de colonialismo oitocentista: diplomacia, economia, política e religião*, abordamos a reconfiguração da política colonial europeia ao longo de Oitocentos e início da centúria seguinte, período em que os países do continente enfrentaram novos desafios e demandas relacionados à expansão imperial. A análise destacou como a Europa se posicionou nesse contexto, enfatizando as transformações e padrões emergentes. Particular atenção é dada à posição de Portugal, que, com uma longa trajetória colonial, enfrentava sérias dificuldades para modernizar suas práticas e responder às exigências internacionais da época. O capítulo examina as barreiras enfrentadas por Portugal na atualização de suas estratégias coloniais, com foco especial na colônia de Angola, uma das regiões mais significativas do império português. Nesse contexto, são explorados os desafios específicos vividos por Angola durante o período de transição, revelando a tensão entre as tradições coloniais portuguesas e as pressões crescentes para se adequar aos novos paradigmas coloniais estabelecidos no Oitocentos. A discussão evidencia as contradições e esforços de Portugal para lidar com as mudanças impostas por um cenário global em transformação.

O capítulo seguinte, *Olhares sobre os Outros: as narrativas de exploradores em Angola no último quartel de Oitocentos* examinou o papel dos viajantes que foi essencial na definição das fronteiras de Angola e nas interações com as populações nativas encontradas ao longo de suas expedições. Seus relatos oferecem não apenas interpretações valiosas sobre a geografia e a cultura da região, mas também revelam as ideologias e os preconceitos que moldaram as percepções europeias sobre os africanos. Esses exploradores desempenharam um papel central na construção da visão do Outro, frequentemente retratando as populações locais a partir de estereótipos que justificavam a exploração colonial e a imposição de valores europeus. Em particular, analisamos a retórica da suposta "vocação colonial" portuguesa, que reforçava a ideia de superioridade civilizacional e legitimava práticas desumanas direcionadas às populações indígenas. Essa visão, marcada por tensões entre os interesses coloniais e as realidades locais, evidenciava como a exploração e a alteridade foram utilizadas para sustentar o projeto colonial.

XV-XX). Lisboa: Caleidoscópio, 2004; HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997; HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e Identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872 – c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

Em *Administrações, ações e propostas coloniais: dilemas e impasses para Angola* foram examinadas as diferentes fases e figuras centrais da administração colonial portuguesa em Angola, evidenciando os desafios e contradições que moldaram esse processo ao longo do tempo. O impacto do relatório de 1861, elaborado por Sebastião Lopes Calheiros e Menezes, foi discutido, trazendo à tona questões cruciais relacionadas à gestão colonial. A administração de Francisco Moncada no final do século XIX também foi abordada, com foco em suas políticas e nos efeitos gerados, especialmente no contexto da Revolta do Bailundo. O capítulo analisou ainda os últimos anos da monarquia em Angola sob a liderança de Paiva Couceiro, destacando as dificuldades políticas e sociais enfrentadas no período. Ao final, foram exploradas as ações e propostas de Norton de Mattos durante suas diferentes passagens pela administração da colônia, enfatizando seus esforços e visões para inaugurar uma nova etapa na história colonial de Angola.

Por fim, em *Trabalho, trabalhadores e regulamentações em contextos coloniais*, exploramos as transformações promovidas por Sá da Bandeira, cuja atuação foi crucial para a abolição do tráfico transatlântico e a implementação de novos modelos laborais em território africano. Em seguida, destacamos a contribuição de João de Andrade Corvo, que, inserido no contexto do liberalismo europeu, buscou alinhar as políticas de trabalho do império às demandas econômicas e ideológicas emergentes no século XIX. Por fim, o capítulo examinou as particularidades do trabalho forçado no império, explorando suas dinâmicas e contradições no contexto das reformas abolicionistas e das tentativas de reorganização do trabalho no período pós-escravidão. Essa análise revelou as tensões entre os princípios liberais e as práticas coloniais de exploração.

Considerações Finais

*o choro de séculos
inventado na servidão
em histerias de dramas negros almas brancas preguiças
e espíritos infantis de África
as mentiras choros verdadeiros nas suas bocas
o choro de séculos
onde a verdade violentada se estiola no círculo de ferro
da desonesta força
sacrificadora dos corpos cadaverisados
inimiga da vida
fechada em estreitos cérebros de máquinas de contar
na violência
na violência
na violência*

O choro de África é um sintoma
(Agostinho Neto. O choro de África)

A nossa tese apresentou uma análise abrangente sobre os novos padrões do colonialismo português em Angola em Oitocentos e início da centúria seguinte, destacando a interação entre política, economia, diplomacia e religião no contexto do imperialismo europeu. A partir da segunda metade de Oitocentos, Portugal enfrentou o desafio de se reposicionar como potência colonial em meio à crescente competição das outras nações europeias. Detalhamos como o governo português buscou modernizar suas práticas coloniais, enfrentando resistências internas e externas enquanto consolidava sua presença em Angola.

A emergência de instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa refletiu a tentativa de alinhar-se aos discursos e práticas coloniais modernas, promovendo explorações científicas e justificando a ocupação territorial por meio de argumentos históricos e geopolíticos. Entretanto, o atraso português em relação às potências coloniais mais industrializadas agravou a fragilidade de sua posição no continente africano. Os esforços para explorar e ocupar o interior de Angola revelam tanto as ambições coloniais quanto as limitações impostas por fatores econômicos, sociais e políticos. A exploração liderada por figuras como Silva Porto e José de Anchieta, em meados de XIX, ilustram o papel central do conhecimento geográfico e naturalista na expansão colonial portuguesa. No entanto, esses

empreendimentos muitas vezes esbarraram na resistência local e na complexidade das dinâmicas regionais.

No último quartel de Oitocentos, as narrativas de exploradores em Angola destacaram a complexidade das interações entre os europeus e as populações africanas, moldadas por interesses coloniais e contextos culturais divergentes. Relatos como os de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Henrique de Carvalho não apenas mapeiam o território, mas também ilustram os preconceitos, as ideologias e as dinâmicas de poder que estruturaram essas expedições.

As narrativas desses exploradores foram cruciais para a construção de uma visão eurocêntrica sobre Angola. Os relatos buscavam justificar a “missão civilizadora” portuguesa, muitas vezes retratando os africanos como “selvagens” e exaltando as virtudes de suas intervenções. Entretanto, esses relatos frequentemente refletiam o choque cultural, a dependência do conhecimento local e as tensões intrínsecas às relações entre colonizadores e lideranças africanas.

A documentação expõe as práticas culturais e sociais, como a hospitalidade dos ambuelas ou a organização das caravanas, oferecem informações valiosas, mas também revelam o olhar distorcido dos colonizadores. As descrições das populações locais enfatizavam a alteridade e frequentemente reduziam suas práticas a exotismos ou barbarismos, ignorando a complexidade e a sofisticação de suas estruturas sociais e políticas. Vale frisar que a utilização de imagens e ilustrações como instrumentos de poder e persuasão estavam presentes ao longo dessas narrativas. Essas representações reforçavam a dicotomia entre civilizados e selvagens, legitimando o projeto colonial português. No entanto, ao serem analisadas criticamente, tornam-se fontes históricas que revelam as intenções e os preconceitos dos exploradores, bem como a resistência e a resiliência das populações africanas.

Henrique Dias de Carvalho desempenhou um papel fundamental nesse contexto, particularmente por sua expedição ao Lunda, em 1884. Essa missão científica e diplomática, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, buscava mapear territórios inexplorados e estabelecer relações com as lideranças locais, principalmente com o rei Muatiânvua. A expedição de Henrique Dias de Carvalho foi marcada pela coleta de dados geográficos, etnográficos e econômicos, além de um esforço para consolidar a influência portuguesa em uma região contestada por outras potências europeias, especialmente durante o contexto da Conferência de Berlim. Ele documentou detalhadamente sua interação com o Muatiânvua,

destacando o intrincado sistema político e as práticas culturais do reino Lunda. Embora tenha registrado a complexidade e a organização dessas sociedades, seu relato também refletiu o olhar eurocêntrico típico da época, ao descrever práticas locais de maneira que reforçava a narrativa da “missão civilizadora” portuguesa. Esse discurso era instrumental para justificar o avanço colonial em Angola, retratando a intervenção portuguesa como uma necessidade para introduzir “ordem” e “desenvolvimento” na região. Além disso, o trabalho de Henrique Dias de Carvalho contribuiu significativamente para a compreensão geográfica da região, incluindo a documentação das rotas comerciais e dos recursos naturais. Essa contribuição científica foi acompanhada pela tentativa de estabelecer alianças com lideranças locais, garantindo a abertura de novas vias de exploração e comércio, enquanto reafirmava a presença portuguesa diante da crescente competição internacional.

A questão religiosa, juntamente com as práticas laborais, emergiu como um eixo central no processo de colonização. A presença de missões católicas em Angola, impulsionadas pelo apoio estatal, foi instrumental para justificar a ocupação territorial e o controle das populações locais. Os missionários desempenharam um papel ambíguo: enquanto disseminavam o cristianismo e valores europeus, também desarticulavam tradições culturais e religiosas africanas. Essa ação reforçava a narrativa da “civilização” como justificativa para a dominação, ao mesmo tempo que criava tensões entre as missões religiosas e os interesses econômicos, já que algumas práticas missionárias confrontavam diretamente o trabalho forçado e o tráfico de escravizados, ainda presentes em certas regiões.

A Primeira Guerra Mundial (1914–1918) trouxe profundas consequências para Angola e outras colônias portuguesas. Durante o conflito, Angola tornou-se palco de confrontos entre tropas portuguesas e alemãs, especialmente nas regiões fronteiriças do sul, próximas à atual Namíbia. A guerra revelou a fragilidade do controle português em suas colônias, com falta de recursos, infraestrutura militar precária e resistência das populações locais. Muitos africanos foram recrutados à força para lutar ou para trabalhar em funções de apoio logístico, o que intensificou o descontentamento e a oposição ao regime colonial. Além disso, a guerra agravou as tensões econômicas e sociais. As consequências da guerra refletiram-se na necessidade de Portugal redefinir suas estratégias coloniais. A década de 1920 marcou o início de uma política mais sistemática de exploração econômica das colônias, com ênfase na integração das colônias ao mercado global. Paralelamente, o discurso religioso permaneceu central, sendo intensificado para legitimar as novas formas de controle e justificar a expansão da presença portuguesa no interior de Angola.

As complexidades e desafios da administração colonial portuguesa durante o século XIX e início do XX foram exploradas a partir das diferentes abordagens e visões administrativas adotadas por governadores como Sebastião Lopes Calheiros e Menezes, Francisco Cabral Moncada, Paiva Couceiro e Norton de Mattos, em um período de transição marcado por mudanças econômicas, políticas e sociais.

Percebemos o impacto do relatório de 1861 de Calheiros e Menezes, que denunciou as precariedades estruturais em Angola, desde a saúde e justiça até a administração financeira. Sua gestão foi marcada por tentativas de reforma econômica e política, como a criação de um sistema fiscal mais eficiente e a tentativa de integrar os libertos na economia colonial. No entanto, essas iniciativas enfrentaram dificuldades estruturais, resistência local e limitações impostas pela centralização administrativa portuguesa.

Esses desafios também estavam presentes nas administrações de Francisco Cabral Moncada e Paiva Couceiro na virada do século. Esses governadores enfrentaram o desafio de consolidar o controle colonial em meio a resistências locais, como a Revolta do Bailundo, e a redefinição das fronteiras e populações da colônia. As tentativas de descentralização administrativa propostas por Cabral Moncada refletem a percepção crescente de que o modelo centralizador era inadequado para lidar com as realidades locais de Angola.

Com a administração de Norton de Mattos houve a implementação de uma visão pragmática e ambiciosa para a colônia, buscando alinhar as práticas administrativas às demandas do colonialismo moderno. Durante sua gestão, ele introduziu um programa de ocupação efetiva, intensificando a exploração de recursos e a reorganização territorial para consolidar o domínio português em Angola. Entre suas iniciativas, destacam-se a expansão das infraestruturas, como estradas e linhas telegráficas, e a criação de políticas destinadas a integrar a população africana ao sistema produtivo colonial, ainda que sob condições de exploração. No entanto, a administração de Norton de Matos também revelou as contradições do projeto colonial português. Enquanto promovia a ocupação e a modernização, reforçava práticas como o trabalho forçado, justificadas pelo discurso da “missão civilizadora”. Seu modelo administrativo consolidou o controle colonial, mas exacerbou as desigualdades e intensificou as tensões sociais, especialmente com as lideranças locais que resistiam às políticas de exploração e centralização.

Quando abordarmos o trabalho, trabalhadores e regulamentações no contexto colonial português, revelamos como as dinâmicas laborais em Angola foram profundamente moldadas pelas interações entre práticas pré-coloniais e as imposições coloniais. Observa-

se que, antes da consolidação do trabalho forçado, existia um robusto sistema de organização econômica baseado em redes de comércio e trabalho autônomo, conduzido por agentes como ambaquistas, pombeiros e carregadores. Esses atores simbolizavam a agência africana e sua capacidade de criar e gerir sistemas produtivos adaptados às especificidades locais.

Com a chegada e expansão do colonialismo, essas práticas foram progressivamente desarticuladas, sendo substituídas por políticas e regulamentações que visavam a exploração intensiva da mão de obra africana. Esse processo teve início com as reformas abolicionistas promovidas por Sá da Bandeira, que, embora representassem avanços na direção do fim da escravidão, marcaram o início de uma transição para formas de trabalho compulsório institucionalizado. A entrada de João de Andrade Corvo no cenário colonial, em meados de Oitocentos, trouxe uma tentativa de modernização do trabalho no Império Português, alinhando-se às ideias liberais que ganhavam força na Europa. Andrade Corvo procurou reorganizar as políticas coloniais para adequá-las às demandas do capitalismo emergente, promovendo medidas que mantinham a coerção sobre os trabalhadores africanos, ainda que sob a égide de um discurso de transição ao trabalho livre. Seu protagonismo foi crucial na consolidação de regulamentos que definiam a relação entre o Estado colonial e os trabalhadores africanos, com foco no controle e aproveitamento da força de trabalho em setores agrícolas e comerciais.

Os Regulamentos de Trabalho surgiram como instrumentos centrais dessa reorganização. Essas normativas reforçavam o caráter compulsório do trabalho, permitindo a exploração contínua sob novas formas jurídicas, especialmente nas colônias africanas. A política laboral portuguesa consolidou-se com o Ato Colonial de 1930, que formalizou a supremacia econômica e política de Portugal sobre suas colônias, institucionalizando o trabalho forçado e relegando as populações africanas a uma condição de subordinação legal. O trabalho compulsório era justificado como uma necessidade para o desenvolvimento das colônias, perpetuando a exploração das populações locais enquanto negava-lhes os direitos básicos de cidadania. Percebemos que foram adotadas regulamentações contraditórias e imprecisas como uma tentativa de responder às pressões do contexto internacional de Oitocentos e início da centúria seguinte. Simultaneamente, estabeleceu-se novas categorias para as populações locais, consolidando a noção de 'indígena' como sujeito de políticas específicas de controle e coerção.

Entre esses dois marcos, as reformas de Andrade Corvo e o Ato Colonial, a legislação colonial portuguesa oscilou entre tentativas de modernização e a perpetuação de estruturas

de exploração. O período destacado mostra o paradoxo de uma política que, enquanto abolia formalmente a escravidão, reconfigurava o trabalho compulsório sob outros moldes. A prática do trabalho forçado (chibalo) tornou-se um elemento central desse sistema, obrigando trabalhadores africanos a se engajarem em atividades agrícolas, construção de infraestrutura e outras demandas da administração colonial. Essa trajetória ressalta a importância de compreender o trabalho não apenas como uma ferramenta de exploração, mas também como um espaço de luta e negociação dentro do projeto colonial português. Um importante tema que ainda dá bases para futuras pesquisas dentro dos Estudos Africanos.

Referências

Fontes

ASSIS JÚNIOR, A. de. *Dicionário Kimbundu-português: linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos & Cia, 1967.

ATA GERAL DA CONFERÊNCIA DE BRUXELAS (1889). Disponível em <https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1391.pdf> Acessado em 07 de julho de 2024.

BANDEIRA, Marquês de Sá. *O trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA.

CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C Editores, 1934.

CAPELLO, Henrique; IVENS, R. *De Angola á contra-costa*. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

CAPELLO, Henrique; IVENS, R. *De Angola á contra-costa*. V. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

CAPELLO, Henrique; IVENS, Roberto. *De Benguella às terras de Iácça*. VOL. I Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

CAPELLO, Henrique; IVENS, Roberto. *De Benguella às terras de Iácça*. VOL. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Álbum da Expedição ao Muatiânvua*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CARVALHO, Henrique Augusto dia de. *Expedição Portuguesa ao Muatianvua: Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*. Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*. Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*. Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

CAYOLLA, Lourenço. *António Enes*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1936.

CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO. *Civilizando Angola e Congo*. Braga: Tipografia Sousa Cruz, 1922.

CONSELHO ULTRAMARINO. *Annaes do Conselho Ultramarino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

CORVO, João Andrade. *Estudos sobre as províncias ultramarinas*. Vol. 1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883.

- CORVO, João de Andrade. *Estudos sobre as províncias ultramarinas*. Vol. III. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1884.
- CORVO, João Andrade. *Perigos*. Lisboa: Tipographya Universal, 1870.
- CORREIA, Alves. *Missões católicas portuguesas*. Cadernos Coloniais. N. 31. Lisboa: Edições Cosmos, 1936.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva. *Angola. Dois anos de governo – junho 1907 a junho 1909. História e Comentários*. Lisboa: Edições Gama, 1948.
- DIÁRIO DA CÂMARA DOS PARES DO REINO.
- DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
- DIÁRIO DO GOVERNO.
- DIÁRIO DO SENADO.
- ENNES, António. *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947.
- ENNES, António et al. *Antologia Colonial Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946
- ESTATUTO CIVIL, POLÍTICO E CRIMINAL DOS INDÍGENAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE DE 1929. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/ESTATUTO%20POLITICO,%20CIVIL%20E%20CRIMINAL%20DOS%20INDIGENAS.pdf> Acessado em 05 de janeiro de 2025.
- GAMITO, A. C. Pedroso. *O Muata-Cazembete e os povos maraves, chevas, muízas, muembas, lundas e outros da África Austral. Diário da Expedição Portuguesa Comandada pelo Major Monteiro e Dirigida aquele Imperador nos anos de 1831 a 1832*. Vol. 1. Lisboa: s.e, 1854.
- GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE ANGOLA. *Anuario Estatistico da Provincia de Angola (1898)*. Loanda: Imprensa Nacional, 1900.
- GRANDE COMISSÃO DE LUANDA. *Os contratos de serviçais em Angola: Manifesto da Grande Comissão de Luanda*. Lisboa: 1904.
- LOPO, Júlio de Castro. *Paiva Couceiro: uma grande figura de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- MATTOS, Norton de. *A Província de Angola*. Porto: Edição do Maranus, 1926.
- MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. I. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1944.
- MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. II. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1944.
- MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. III. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1944.
- MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. IV. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1945.
- MENEZES, Sebastião Lopes Calheiros de. *Relatório do Governador Geral da Província de Angola referido ao ano de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

- MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas*. Lei de 14 de outubro de 1914.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR. *Decreto de 29 de abril de 1875*. Disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1425.pdf>.
- MONCADA, Francisco Cabral de. *Relatório enviado em maio de 1902 à Secretaria do Ministério da Marinha*. Luanda: Imprensa Nacional, 1902.
- MONCADA, Francisco Cabral. *A Campanha do Bailundo*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin, 1903.
- ORNELAS, Ayres. *A nossa administração colonial. O que é, o que deve ser*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.
- PINTO, Serpa. *Como atravessei a África*. Vol I. Londres: Typographia de Guilherme Clowes e Filhos (Companhia Limitada), 1881.
- PINTO, Serpa. *Como atravessei a África*. Vol II. Londres: Typographia de Guilherme Clowes e Filhos (Companhia Limitada), 1881.
- PORTO, Silva. *Silva Porto e Livingstone: manuscritos de Silva Porto encontrado no seu espolio*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciencias, 1891.
- PORTUGAL. CARTA DE LEI de 29 de abril de 1875. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 09 de novembro de 1899. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 14 de dezembro de 1854a. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 20 de dezembro de 1875b. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 21 de novembro de 1878. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 25 de fevereiro de 1869. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 27 de maio de 1911. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- PORTUGAL. DECRETO de 29 de abril de 1858. *Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), www.ifch.unicamp.br/cecult/lex.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira. *As conferencias e o itinerario do viajante Serpa Pinto*. Lisboa: Typographia Nova Minerva, 1879.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Missões de Angola. Parecer da Comissão Africana*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

TELLES, Basílio. *Do Ultimatum ao 31 de janeiro: esboço de história política*. Porto: Basílio Telles Editor, 1905.

Bibliografia

AFONSO, Aniceto. *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres (1914-1918)*. Lisboa: Quidnovi, 2008.

AFRICAN HISTORY BOOKS. *Kingdoms of the Savanna: The Luba and Lunda Empires*. Disponível em: <https://www.africanhistorybooks.com>. Acessado em 19 maio 2024.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

ALEXANDRE, Valentim. *As origens do colonialismo português modernos, 1822-1891*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

ALEXANDRE, Valentim. “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”. *Análise Social*, vol. XXVIII, 123-124, 1993, pp. 1117-1136.

ALEXANDRE, Valentim. “Nação e Império”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 90-142.

ALEXANDRE, Valentim. “O Império Africano (séculos XIX-XX). As linhas gerais”. IN: ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 11-28.

ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. “Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global”. *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993, pp. 53-66.

ALEXANDRE, Valentim. “Situações Coloniais: A lenta erosão do antigo regime (1851-1890)”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 143-181.

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALLINA, Eric. “Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929”. In: *History in Africa*, Vol. 24 (1997), pp. 9-52.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Nuno Borges de. “Fotografia científica em Angola no último quartel do século XIX: o caso do naturalista José de Anchieta”. IN: VICENTE, Filipa Lowndes (Orgs).

- O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1890)*. Lisboa: Edições 70, 2014, pp. 171-182.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O Império Tripolar: Portugal, Angola, Brasil”. IN: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (Orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru/SP: EDUSC, 2009, p. 509-531.
- BASTOS, Cristiana. “Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África”. IN: CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) (coord.). *O colonialismo português. Novo rumos da historiografia dos PALOP*. Ribeirão: Edição Húmus, 2013, pp. 321-346.
- BERMEJO, Jesús Manuel. *Portugal e a Sociedade das Nações (1919-1939). Distinção Diplomática*. Lisboa: Caleidoscópio, 2023.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- BEM, Gabriel Felipe Silva. *Raça e colonização: noções raciais no discurso colonial de Sá da Bandeira e Andrade Corvo em Portugal (1873-1887)*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- BIRMINGHAM, David. *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire, and the South Atlantic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- BIRMINGHAM, David. *Empire in Africa: Angola and its Neighbors*. Athens: Ohio University Press, 2006.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CABAÇO, José Luís. “Trabalho, colonialismo e pós-colonialismo em Moçambique”. IN: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 155-170.
- CAHEN, Michel. Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África. *África (São Paulo, 1978, online)*. São Paulo: n. 35, pp. 129-155, 2015.
- CAPEL, Horace. *Filosofia y ciência em la geografia contemporânea: una introducción a la Geografia*. Barcelona: Barcanova: Temas Universitários, 1981.
- CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias, 1834-1900*. Porto: Afrontamento, 2010.
- CAPELA, José. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento, 1979.
- CAPELA, José. *Escravidão. A empresa de saque. O Abolicionismo (1810-1875)*. Porto: Afrontamento, 1974.

- CAPELA, José. *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalistas nas colônias*. Porto: Afrontamento, 1977.
- CAPELA, José; SANTOS, Maciel. “O financiamento do liberalismo português pelo capital do tráfico de escravos”. IN. CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto). *Trabalho forçado africano – articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007, pp. 135-170.
- CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) (coord.). *O colonialismo português. Novo rumos da historiografia dos PALOP*. Ribeirão: Edição Húmus, 2013.
- CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto). *Trabalho forçado africano – articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007.
- CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto). *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, 2006.
- CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto). *Trabalho forçado africano – o caminho de ida*. Ribeirão: Edições Húmus, 2009.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.
- CONCEIÇÃO NETO, Maria da. A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o “indigenato”. *Ler História*, n. 59, p.205-225, 15 out. 2010.
- CONCEIÇÃO NETO, Maria da. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 33, p.107-129, 2017.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COOPER, Frederick. *História da África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- COOPER, Frederick (org.). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. Berkeley: Sage, 1983.
- COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato. Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.
- CURTO, José. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 67-86, 27 jan. 2005.
- DÁSKALOS, Maria Alexandre. *A política de Norton de Matos para Angola. 1912-1915*. Coimbra: Edições Minerva, 2008.
- DAVIDSON, Basil. *Africa in History: Themes and Outlines*. New York: Simon and Schuster, 1992.
- DIAS, Jill. “A sociedade colonial de Angola e o liberalismo português, c. 1820-1850”. IN. PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, Joao B. *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Vol. I. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

- DIAS, Jill. Mudam nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda. O impacto da colonização sobre os Mbumbu (c. 1845-1920). *Penélope*. n. 14, p. 42-94, 1994.
- DIAS, Jill. “Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX”. IN. ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 69-93.
- DIAS, Jill; ALEXANDRE, Valentim (orgs.). *O Império Africano (1825-1890)*, Navarra: Círculo de Leitores, 1998.
- DOMINGOS, Nuno. “A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão de obra em Lourenço Marques”. In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (Orgs.). *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 59-112.
- DORES, Hugo Gonçalves. *A missão da República: política e religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- DORES, Hugo Gonçalves. *Uma missão para o Império: política missionário e o “novo imperialismo” (1885-1926)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Hermenegildo; HENRIQUES, Isabel Castro; HORTA, José da Silva; MATOS, Sérgio Campos (eds). *Nação e identidades. Portugal, os portugueses e os outros*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.
- FERNANDES, João Castro. Política Colonial Portuguesa – 1870-1955. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n. 1, 2008, pp. 129-148.
- FERNANDES, Paulo Jorge. *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: A esfera dos livros, 2010.
- FERREIRA, Roquinaldo. Abolicionismo versus colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). *Mulemba*, n. 48, p. 101-126, 1 nov. 2014.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo. Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860). *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 9-43, 26 jan. 1998.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FREUDENTHAL, Aida Faria. “Angola”. IN. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI). O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, pp. 259-395.
- GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (Org.) *Impérios em guerra: 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha (1913-1919)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- GONZAGA, Noberto. *História de Angola*. S. L: Edição do C.I.T.A (Fundo de Turismo e Publicidade), s. d.

- GONÇALVES, Ivan Sicca. *Comércio, política e trabalho nos sertões de Angola: sertanejos e centro-africanos nas páginas de António Silva Porto (1841-1869)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, 2021.
- GONÇALVES, Ivan Sicca. "Forçar esses rudes negros de África a trabalhar": Trabalho, raça e cidadania na legislação colonial portuguesa (1854 - 1928). *Bilros*, Fortaleza, v. 5, n. 9, p.196-220, 2017.
- GUIMARÃES, Ângela. "A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX". *Ler História*. Lisboa, n. 1, 1983, pp. 69-79.
- GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livro Horizonte, 1984.
- HAMMOND, Richard J. *Portugal and Africa, 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994.
- HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850-1890)*. Lisboa: Caminho, 2004.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *A descolonização da História. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020.
- HENRIQUES, Isabel Castro. "A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos". IN. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 216-274.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *De escravos a indígenas. O longo processo de instrumentalização dos africanos (século XV-XX)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África (séculos XV-XX)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e Identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872 – c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- HEYWOOD, Linda. *Contested Power in Angola, 1840s to the Present*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2000.
- HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *A diplomacia do Império: política e religião na partilha da África*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro. "Das 'dificuldades de levar os indígenas a trabalhar': o 'sistema' de trabalho nativo no império colonial português". In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (séc. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 159-196.

- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno; DIAS, Nuno. Indígenas, imigrantes e outros povos. In: NEVES, José (Org.). *Como se faz um povo*. Lisboa: Fundação Edp e Tinta da China, 2010. p. 153-165.
- KEESE, Alexander. “Slow abolition within the colonial mind: British and french debates about ‘vagrancy’, ‘african laziness’, and forced labour in West central and South central Africa, 1945-1965”. *IRSH*, 59 (2014), pp. 377- 407.
- KLEIN, Martin. *The Middle Passage*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- LÉONARD, Yves. “I – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”. IN. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 521-535.
- LÉONARD, Yves. “II – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”. IN. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 536-550.
- LÉONARD, Yves. “O Império Colonial Salazarista”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 10-30.
- LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. *Dicionário de história da África: séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MACAGNO, Lorenzo. “Assimilacionismo”. IN: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, pp. 31-44.
- MACAGNO, Lorenzo. “O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: António Ennes e a “Geração de 95””. IN: FRY, Peter (org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 77 – 81.
- MACAGNO, Lorenzo. *Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: formes de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIX siècles). *Revue Française d’Histoire d’Outre-mer*. Tomo LXV, vol. 65, n. 240, 1978, p. 377-400.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- MARQUES, A H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. v. II. Lisboa: Palar Editores, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal – da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

- MARQUES, João Pedro. *A Sá da Bandeira e o fim da escravidão. Vitória da moral, desforra do interesse*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008.
- MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravatura dos africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- MARQUES, João Pedro. “Quatro assassinatos e um retrocesso: violência escrava em Angola (1860-61). IN. CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto). *Trabalho forçado africano – articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007, pp. 101-116.
- MARQUES, João Pedro. Resistência ou adesão à ‘causa da humanidade’? Os setembristas e a supressão do tráfico de escravos. *Análise Social*, vol. XXX, n. 131-132, 1995, pp. 375-402.
- MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa – o caso de Moçambique (1899-1926)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa – Departamento de História, 2008.
- MARTINEZ, Esmeralda Simões. *Uma justiça especial para os indígenas. Aplicação da justiça em Moçambique (1894-1930)*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.
- MARTINS, Ana Cristina. “Viagens, missões e colecções entre agendas políticas e práticas científicas”. IN. CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) (coord.). *O colonialismo português. Novo rumos da historiografia dos PALOP*. Ribeirão: Edição Húmus, 2013, pp. 347-362.
- MARY, Cristina Pessanha. *Geografias pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MENESES, Filipe Ribeiro. “O Império Português”. IN: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez. *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- MILLER, Joseph C. *Way of death. Merchant capitalism and Angola Slave Trade, 1730-1830*. Londres: James Curry, 1988.
- MONTEIRO, Henrique Pires. *Sá da Bandeira: glorioso chefe militar e esforço colonialista*. Cadernos Coloniais. N. 62. Lisboa: Edições Cosmos, 1940.
- MORENO, Helena Wakim. “O papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na edificação do Terceiro Império Português: a fase expansionista”. IN: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; NETO, Manoel Fernandes de Sousa (Org.). *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 55-78.
- MORENO, Helena Wakim. *Voz d’Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.
- MPLA, Centro de Estudos Africanos. *História de Angola*. Porto: Afrontamento, 1965.
- NASCIMENTO, Augusto. “Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: sujeição e ética laboral”. *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.183-217.
- OLIVEIRA, Antônio José Alves de; DINIS, José Nilo Bezerra. Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa ao interior da África

- (1884-1885). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 2, jul/dez, 2015, pp. 93-115.
- OLIVEIRA, Pedro Aires. A república e a Guerra, 1914-1918. IN: AMARAL, Luciano (org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 185-225.
- PANTOJA, Selma (Org.). *Identidade, Memórias e Histórias em Terras Africanas*. Luanda/Brasília: Nzila/LGE, 2006
- PAPAGNO, Giuseppe. *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- PAULO, João Carlos. “Da ‘Educação colonial Portuguesa’ ao ensino no ultramar”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 304-333.
- PEDREIRA, Jorge M. “Imperialismo e economia”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- PÉLISSIER, René. *As Campanhas Coloniais de Portugal (1844 – 1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas (1845-1941)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- PENVENNE, Jeanne Marie. “Introduction: African workers and Colonial racism”. In: *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995, pp. 1-15.
- PENVENNE, Jeanne Marie. “Conclusion: African workers and Colonial racism. Images, groups, and individuals”. In: *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995, pp. 154-158.
- PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola. Da Pré-História ao início do século XXI*. Lisboa: Guerra e Paz, 2024.
- PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sérgio Ribeiro. República e Religião, ou a procura de uma separação. AMARAL, Luciano (Org.) *Outubro. A revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 141-183.
- RESENDE, Nuno. Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto (1846-1900): construção e desconstrução de um percurso biográfico. *Prado*. n.º 3 (2008), pp. 9-51.
- RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- RIBEIRO, Elaine. "Expedição portuguesa ao Muatiânvua" como fonte para a história social dos grupos de carregadores africanos do comércio de longa distância na África centro-ocidental. *Revista de História (São Paulo)*. Vol. 169, Jul-Dec 2013, pp. 349-380.
- ROBERTS, Andrew. *A History of Zambia*. London: Heinemann, 1976.

- ROSAS, Fernando. “A política colonial no Estado Novo e a Assembleia Nacional”. IN. ROSAS, Fernando. *A questão colonial no Parlamento (1935-1974)*. Vol. III. Lisboa: Assembleia da República, 2023, pp. 9-24.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ROSAS, Fernando (coord.). *A questão colonial no Parlamento (1935-1974)*. Vol. III. Lisboa: Assembleia da República, 2023.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (orgs.). *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- SAMPAIO, Thiago Henrique. *Portugal em África: continuidades e rupturas na colonização em Moçambique (1875-1926)*. f. 295. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.
- SAMPAIO, Thiago Henrique. *Terra, trabalho e colonização portuguesa em Moçambique: entre continuidades e rupturas (1875-1926)*. Curitiba: CRV, 2022.
- SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- SANTOS, Maciel. “O imposto camponês e o financiamento do Estado Colonial – exemplos das colónias portuguesas (1900-1939). IN. CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) (coord.). *O colonialismo português. Novo rumos da historiografia dos PALOP*. Ribeirão: Edição Húmus, 2013, pp. 29-106.
- SANTOS, Maciel. “Trabalho forçado na época colonial – um padrão a partir do caso português?”. In: *Hendu*, 4(1): 9-21 (2014).
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos Caminhos de África. Serventia e Posse (Angola – Século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. “Política da Sociedade das Nações para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-1936): o caso português”. IN. CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto). *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, 2006, pp. 337-348.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SILVA, A. E. Duarte. “Salazar e a política colonial do Estado Novo: o Acto Colonial (1930-1951)”. IN. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (orgs.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 101-152.
- SILVA, Priscila Velozo da. O movimento geográfico luso e a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa. *Transversos*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out-mar. 2014/2015, pp. 92-106.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930). IN. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 494-520.